

# **FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MOÇAMBIQUE: PERCEPÇÃO DOS ACTORES DO SISTEMA EDUCATIVO SOBRE A QUALIDADE DE FORMAÇÃO NO INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES "A", EM CABO DELGADO.**

Dudú de Cristina Remígio Mamba

Nelson Calisto Uarasse

Felipe André Angst

## **Resumo**

A educação qualitativa é uma das utopias que têm conduzido os vários sistemas educativos dos Estados em todo o mundo, sobretudo os que estão em via de desenvolvimento e que lutam pela sua independência económica e política. Uma das estratégias adoptadas para a sua concretização tem iniciado na aposta de qualidade de formação dos professores, com enfoque para aqueles que lecionam no ensino primário, que, segundo a Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do Sistema Nacional de Educação, compreendem de 6 classes, 1ª a 6ª. Porém, tratando-se de um problema que é analisado de diversos ângulos que não reúnem consensos, muitas têm sido as percepções dos actores, incluindo estudantes, do sistema educativo sobre a qualidade de formação. É nesses termos que o presente artigo apresenta os resultados de uma investigação realizada no Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, e teve como objectivo geral compreender as percepções dos actores do sistema educativo sobre a qualidade de formação. A metodologia usada baseou-se no paradigma interpretativo, na modalidade de estudo de caso. A investigação envolveu seis (06) estudantes finalistas do instituto em referência. Para a recolha de dados, foi usada a entrevista semi-estruturada. Os resultados indicam que os estudantes, os futuros professores, não têm se beneficiado de uma formação que vai imbuir neles as ferramentas científicas para o domínio da ciência e da sua aplicação, o que tem resultado dificuldades no terreno concreto. O que eles se beneficiam são, simplesmente, as metodologias didácticas em como ensinar certas matérias que, nas escolas, são transformadas em disciplinas. Dito de outra forma, eles sabem como ensinar as matérias, mas sem o domínio aprofundado dos conteúdos nas suas dimensões científicas. Os resultados mostram ainda que a qualidade de formação no sistema educativo deve começar na formação adequada da figura do professor, tendo em conta que a qualidade do aluno deve começar na qualidade do professor que o ensina. Essa formação adequada deve se cingir na preparação do professor tendo em conta com a nova lógica social que é, essencialmente, fundamentada na tecnológica.

**Palavras-chave:** Formação inicial dos professores. Sistema educativo. Qualidade de formação.

## 1. Introdução

Em Moçambique, a formação de professores vem, nos últimos anos, ganhando ênfase nos debates educacionais, ancorada à ideia segundo a qual um dos meios de garantir a qualidade do ensino passa pelo investimento na formação inicial e contínua dos professores. Contudo, como referem Veiga e Silva (2016), quando essa formação focaliza os professores que actuarão no ensino básico, a questão se torna ainda mais complexa pelas divergências em relação aos aspectos que tal formação deve contemplar para que realmente se considere de qualidade.

Em paralelo, esta preocupação com a qualidade de formação não ocorre apenas em Moçambique. Ela existe como desafio mundial, até porque vem se tornando tema frequente e objecto de recomendações de organismos internacionais voltados para a educação. Apesar deste esforço, na óptica de Juliatto (2005), os países em desenvolvimento sentem o problema da qualidade da educação de maneira ainda mais acentuada do que os países desenvolvidos dado o crescente distanciamento educacional e tecnológico que os separa das nações do primeiro mundo.

Os vários fenómenos que desafiam o mundo presente, sobretudo educacional, forçam aos Estados em via de desenvolvimento para que encontrem alternativas imediatas para que possam *qualificar* os seus projectos educativos, caso pretendam se integrar num futuro de competitividade, onde o domínio da ciência e a sua aplicação concreta será o fundamento de todas as sociedades que, segundo Castells (2013), paulatinamente, constroem, nesta era da Internet, redes de indignação e de esperança em relação ao futuro incerto.

De acordo com Giddens (2003), essas sociedades estão sendo exigidas pela globalização para que possam traçar os seus objectivos educacionais olhando o novo tempo da tecnologia e da ciência que, aos passos largos, faz com que a educação seja transmitida nos moldes tecnológicos em todo o mundo deixando de lado todos os seus procedimentos tradicionais do passado. Segundo Russel (2000), esses procedimentos centralizavam mais a autoridade pedagógica de quem detinha o poder de ensinar. Portanto, o futuro educacional aparece-nos como um desafio consciente, que não temos a possibilidade de nos escapar dele.

Embora seja desafiador para os seres humanos e para a sua condição humana, o futuro que nos espera será enfrentado se e só se conseguirmos traçar uma educação específica para ele, visto que, conforme pensa Appiah (2008), força-nos a mudar o nosso modo de pensar e de construir ideia de viver num mundo de desentendimento humano. Ou seja, a educação deve formar o

homem que deve saber viver num mesmo espaço com outros homens, embora se diferenciam nos seus juízos de valor.

A rede universal de informação—rádio, televisão, telefones, e a Internet—significa não apenas que podemos afectar vidas em todo o lado, mas também que podemos aprender sobre a vida noutros locais. Cada pessoa que conhecemos e que podemos influenciar é alguém para com quem temos responsabilidades: dizer isto é afirmar somente a própria ideia de moralidade. O desafio, então, é pegar nas mentes e corações formados ao longo de milénios de vivência em tribos locais e equipá-las com ideias e instituições que nos permitam viver em conjunto, como a tribo global que somos (Appiah, 2008, p. 10).

Diante desse desafio, não precisaremos de práticas educativas tradicionais e nem professores a ensinarem como ensinaram nos tempos passados. Será um tempo em que a tecnologia vai substituir as práticas educacionais do sector da educação e exigir que os professores sejam qualificados ou preparados a partir de um conhecimento específico, adequado e convencional.

Diante desse desafio, Correia (1996) escreve o seguinte: "O terceiro milénio será duro, e só quem saiba ao que vai, não ficará destruído pelo turbilhão de temas e situações que terá que enfrentar. São precisos mulheres e homens que não tenham medo" (p. 15) de serem filhos do seu próprio tempo e das suas próprias circunstâncias. Isto significa que os sistemas educativos devem abrir espaço para a formação de seres humanos que se identificam pela produção do conhecimento e não pela sua reprodução. Para essa formação, é preciso que se dê maior atenção na formação qualitativa dos professores.

É nesses moldes que acreditamos que, como um país, possuiremos requisitos suficientes para que o nosso sistema educativo seja conveniente diante de um mundo *novo*, caracterizado pela mundialização da tecnologia, pela ciberculturalização dos povos e, acima de tudo, pelo desenvolvimento do cosmopolitismo, que faz com que o mundo, conforme pensa Aron (1965), seja cada vez mais conectado e possua a mesma história e partilhe quase os mesmos destinos.

Muitas têm sido as propostas ecléticas para a execução desse projecto educacional global. Mas, a melhor alternativa para a concretização dessa utopia (realizável) é a de fazer com que os professores sejam qualitativos. Dito de outra maneira, a qualidade de educação deve começar no professor e nos Institutos de Formação dos Professores. Neles, as atenções não devem ser somente as de formar professores como explicadores ou simples didácticos, mas sim como detentores do conhecimento, que é a base do Processo de Ensino-Aprendizagem, que

fará com que sejam conscientes, conforme defende Mamba (2025), que o sucesso da educação é da sua responsabilidade.

Para Russel (2000), a qualidade educacional deve começar na qualidade de formação dos professores e do próprio sistema educativo, visto que o professor é veiculador principal do Processo de Ensino-Aprendizagem e espera-se dele *i*) conhecimentos excepcionais como profissional e *ii*) sabedorias adequadas como fundamento da sociedade. Para isso, o autor exige que haja um controlo rigoroso naqueles que ensinam, sobretudo dos lugares que eles são preparados para ensinar, que são compreendidos como *viveiros* da educação formal.

Côncio nisso, *que percepções os actores do sistema educativo têm sobre a qualidade de formação no Instituto de Formação de Professores "A", em Cabo Delgado?* Assim, tomando como objecto de estudo o Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, o objectivo geral desta investigação foi o de compreender as percepções dos actores do sistema educativo sobre a qualidade de formação. E os específicos: *i*) identificar os actores do sistema educativo sobre a qualidade de formação; *ii*) descrever os meios que os actores do sistema educativo usam para concretização da qualidade de formação; e *iii*) compreender o sistema educativo sobre a qualidade de formação diante dos novos desafios de globalização.

## **2. Fundamentação teórica**

### **2.1. Sistema educativo**

Quando se fala do Processo de Formação dos Professores é preciso que se compreenda que se trata de um fenómeno humano e não divino, que para a sua concretização precisa de colaboração e cooperação dos seus actores. Isto significa que ninguém faz com que a educação (formal) seja possível sozinho. É preciso, portanto, a integração de muitos actores no caso do Estado, dos Professores, dos Alunos, das Escolas, das Universidades, etc. onde cada um, conforme defende Sanches (2009), constroi a sua pedagogia do compromisso. É preciso também que haja programas, currícula, planos, etc. No caso das Instituições Educativas, há também a presença das instituições estatais e privadas. Embora trabalhem de forma diversificada, o conjunto de todos esses elementos (particulares) que garantem que o Processo de Ensino-Aprendizagem seja possível é designado de sistema educativo.

Por assim ser, cada Estado ou cada Nação possui o seu sistema educativo tendo em conta com as suas políticas tanto de curto prazo quanto de longo prazo. Em Moçambique, por exemplo, o sistema educativo formal foi, primeiramente, implantado pelo colonialismo português e que

dividia a sociedade em duas linhas: linha dos indígenas e a linha dos colonizadores (Uaciquete, 2011).

Na primeira linha, a ideia principal foi a de inculcar princípios religiosos que facilitavam a fácil dominação das mentes. Tratava-se de um sistema que visava a dominação, alienação e cristianização (Uaciquete, 2011). É por essa razão que ela foi mais prática e se aliava mais com os trabalhos manuais. Aliás, era a continuação dos princípios da Igreja da Idade Média que preconizava, segundo Böttigheimer (2014), a oração e o trabalho (*Ora et Labora*) visto que se pensava que a divindade revelava-se neles.

Na segunda, o sistema educativo teve como intenção principal distanciar a mente das crianças com qualquer princípio religioso e prepará-la para o domínio da ciência e da sua aplicação na sociedade. É por essa razão que era mais teórica e não se conjugava com questões relacionadas com trabalho manual (Ngoenha & Castiano, 1995). Conforme estamos a ver, o sistema educativo moçambicano seguiu sempre o seu percurso histórico e esteve sempre aliada às principais transformações e ideologias do seu próprio tempo, visto que o sistema do tempo colonial foi diferente do tempo pós-colonial.

Enquanto o tempo colonial implantava um sistema educativo divisório, exclusivo, o de garantir a qualidade para alguns assente no paradigma do distanciar o saber fazer do saber pensar; o do tempo pós-colonial assenta na ideia de unir o saber fazer do saber pensar, de massificação da educação, de inclusão e de garantir o direito e qualidade da educação e de formação para todos, embora essa última ideia carregue alguns desafios e seja, constantemente, questionável (Espada, 2018, p.30).

## **2.2. *Qualidade de formação***

A ideia de qualidade de formação remete-nos, directa ou indirectamente, à questão da excelência de formação. Ou seja, a qualidade de formação não seria outra coisa a não ser o conjunto de procedimentos que pelos quais o sistema educativo faria com que o Processo de Ensino-Aprendizagem pudesse alcançar os seus objectivos pedagógicos, sobretudo aqueles que são preconizados no Sistema Nacional de Educação que, entre muitos, têm a ver em i) desenvolvimento das capacidades e da personalidade de forma harmoniosa, equilibrada e constante, que confira uma formação integral e de qualidade; e ii) desenvolvimento de iniciativas criadora da capacidade de estudo individual e de assimilação crítica dos conhecimentos (Lei n.º 18/2018, art.º 4, de 28 de Dezembro).

A qualidade de formação é uma utopia que foi construída desde os tempos passados, não somente em Moçambique, mas também em todo o mundo, sobretudo nos países em via de desenvolvimento que estão em passos largos de alcançar ou construir as suas independências económicas e educacionais. A partir da qualidade de formação, teremos profissionais de educação competentes, não somente ao nível profissional ou científico, mas também ao nível moral, ético e, sobretudo, humano que reconhecem o que fazem e nele se reconhecem.

Um dos grandes problemas que temos, no mundo, é ausência de profissionais que gostam de trabalhar, que amam o que fazem, que reconhecem o valor naquilo que exercem aos outros e nele se reconhecem a si próprios. A maioria deseja, mas não quer, não transforma num dever moral aquilo que faz aos outros. Na função pública, nós trabalhamos, não somente para outros, mas também com eles, o que implica maior entrega na nossa parte e maior preparação por nos encontrarmos no meio social (Mamba, 2021, p. 72).

O autor citado pretende dizer-nos que a partir da qualidade de formação nós possuiremos também a qualidade daqueles que são formados e, especificamente, dos professores que são o principal garante da educação formal. Sendo eles, é preciso que também a qualidade de formação inicie na qualificação dos lugares que os professores são formados, que são os Institutos de Formação dos Professores. Neles, deveriam existir mecanismos de reestruturação dos conteúdos a serem inculcados.

Afirmamos assim, porque, no sector da educação, é mais fácil o processo de transmissão de qualquer coisa. A qualidade de formação implicará na qualidade do professor. A qualidade do professor implicará na qualidade do aluno. A qualidade do aluno implicará na qualidade do sistema social. Todas essas *qualidades* implicarão na qualidade do sistema educativo. Seria, portanto, conveniente que o sistema educativo fizesse com que a qualidade de formação fosse concretizada a partir de um trabalho multiforme e multisectorial onde haveria a participação de todos os actores principais do sistema educativo tendo em conta que é na educação onde se decide que tipo de sociedade se pretende ter. Ou seja:

Os destinos do país, o que o país deve ser, que tipo de cidadãos quer possuir, que marca de política quer ter ao nível internacional não são decididos na Assembleia da República. Eles são decididos na educação, na escola, na sala de aulas onde encontramos o professor como a figura central que comanda esses destinos. É preciso que esse professor seja alguém que deve transcender da sua profissão. Profissional é todo o formado, especificamente, para uma determinada área. O professor é profissional do ensino. Não basta ser profissional, é preciso amar a sua profissão, sentir-se moralmente, chamado para contribuir nalguma coisa para o andamento da humanidade. Para isso, é preciso que tenhamos, não somente a vocação, mas também a responsabilidade (Mamba, 2021, p. 72).

O sistema educativo deve traçar políticas que pelas quais o professor seja preparado para a responsabilidade da sua missão. Ou seja, o professor não deve ser alguém limitado no domínio das didáticas específicas, embora seja crucial. Mas, também deve ser alguém preparado para que saiba da responsabilidade que possui na sociedade. Para isso, a preparação formativa não deve ser somente para ciência, mas também para a parte humana virada para o interior do próprio professor.

É nessas circunstâncias que podemos dizer que o professor deve ser a pessoa mais responsável, porque a missão que desempenha nenhuma outra se equipara. Para isso, o professor, além de ser livre no pensamento, deve ser consciente da grandeza da sua missão e, suficientemente, conhecedor dos saberes que Moçambique de hoje necessita (Mamba, 2021, p. 73).

Trata-se de uma formação integral, que conjuga o lado externo e interno do formado. É a partir dessa modalidade de formação que podemos caminhar ao alcance da excelência. Uma vez alcançada, a excelência fará com que o professor seja um profissional que saiba agir na complexidade ou na profissionalidade que, segundo Ibraimo e Pires (2016), significa saber agir com pertinência, saber mobilizar os saberes e os conhecimentos dentro de um contexto profissional, saber integrar ou combinar os saberes múltiplos e heterogêneos, saber aprender e aprender a aprender, saber, finalmente, comprometer-se ou empenhar-se.

Para o autor citado, a qualidade de formação é um resultado da integração adequada dos principais elementos que fazem com que o Processo de Ensino-Aprendizagem seja possível ao combinar, ao mesmo tempo, os conhecimentos científicos e didáticos sem deixar de lado as competências pessoais que são construídas num ambiente de autodidactismo.

As competências necessárias ao exercício docente são constituídas por conhecimentos (conteúdos disciplinares a ensinar, processos de ensino-aprendizagem), por habilidades específicas (comunicação, didática, avaliação etc.) e por um conjunto de atitudes próprias dos professores como formadores (disponibilidade, empatia, rigor intelectual, ética profissional (Ibraimo & Pires, 2016, p. 97).

Esses elementos transcendem a ciência. Ao transcenderem a ciência ou a exterioridade, enquadram-se no campo da moral, aquilo que é interior ao ser humano. Eles fazem parte das virtudes que, segundo Mamba (2023), não são aprendidas na sala de aulas e que deveriam configurar o ser do professor, do aluno ou de qualquer profissional antes de se apresentar ao espaço social.

### **3. Metodologia**

Para a concretização dos objectivos traçados, que têm a ver em compreender as percepções que os actores do sistema educativo têm sobre a qualidade de formação, optou-se por uma metodologia fundamentada no paradigma interpretativo e na metodologia qualitativa.

Optamos essa metodologia, porque pretendemos compreender as percepções dos actores do sistema educativo sobre a qualidade de formação a partir da sua subjectividade, ou seja, como é que eles, na sua particularidade, concebem esse fenómeno. Aliás, Vilelas (2009) defende que a metodologia qualitativa se baseia nessa dimensão de colher informações de um determinado estudo a partir da subjectividade daqueles que são submetidos ao estudo. Finalmente, paralelamente a essa metodologia, optamos a modalidade do estudo de caso.

#### **3.1. Participantes**

Neste estudo, foram escolhidos 6 participantes e todos estudantes finalistas do Insituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, sendo 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, os quais identificamos pelas seguintes nomenclaturas: Estudante 1 (E<sub>1</sub>), Estudante 2 (E<sub>2</sub>), Estudante 3 (E<sub>3</sub>), Estudante 4 (E<sub>4</sub>), Estudante 5 (E<sub>5</sub>) e Estudante 6 (E<sub>6</sub>). A percepção dos estudantes, gravadas em áudio, está também nomeada no *pendrive* onde armazenamos os áudios.

À eles, foi submetida uma entrevista semi-estruturada que teve duas principais questões: i) *Como estudante finalista, qual é a sua percepção sobre a qualidade de formação*; ii) *Como estudante finalista e futuro professor, sente-se preparado para exercer, com conhecimento, a sua profissão?*

### **4. Resultados e Discussão**

Os indicadores que traçamos para a análise e discussão de resultados da presente pesquisa são dois, nomeadamente: (i) Modalidade de formação do Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado; e (ii) Percepções dos actores sobre a qualidade de formação.

#### **4.1. Modalidade de formação do Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado**

A modalidade de formação nos institutos de formação dos professores existiram desde o tempo colonial. O que muda são os tempos, os seus dirigentes e como é que essas

modalidades são aplicadas. O que permanece é a ideia segundo a qual nenhuma instituição de formação dos professores deve funcionar sem alguma modalidade.

Segundo Castiano e Ngoenha (1995), no tempo colonial, a modalidade de formação dos professores era determinada por um documento chamado *Regulamento da Escola de Habilitação de Professores Indígenas* e teve duas fases principais. A primeira, que começou no ano de 1930 e terminou no ano 1940, foi dirigida pelo Estado colonial e, a segunda, que iniciou no ano de 1941 e terminou no ano de 1974, foi dirigida pela Igreja Católica. Como o próprio nome diz, e por se tratar de uma fase em que a sociedade era dividida em duas partes (indígenas e colonizadores), significa que existiu outra modalidade que regulava as escolas de habilitação de professores colonizadores. Entretanto o que diferenciava eram os conteúdos que neles eram ministrados e a quantidade do tempo para a sua execução.

Este regulamento estabelece as disciplinas para a preparação dos professores, fixa o tempo lectivo, o perfil dos candidatos, regula o tipo de docentes, as tarefas do director da escola, os órgãos administrativos, assim como o tipo de livros de registo que a escola deveria ter para efeitos de controle financeiro, orçamental e o registo da frequência dos alunos e professores (Castiano & Ngoenha, 1995, p. 28).

Se formos a percorrer em alguns pontos do regulamento em referência, podemos compreender que, na primeira fase, de 1930 a 1940, as disciplinas exclusivas que deveriam ser incutidas aos professores indígenas eram as seguintes: Língua Portuguesa; Aritmética, Sistema Métrico e Geometria; História; Ciências, Higiene e Agricultura; Desenho; Trabalhos Manuais; Educação Física; Música; Pedagogia, metodologia e Prática Pedagógica; Agricultura. Esses conteúdos eram ministrados num período de quatro semestres (Fevereiro a Junho e Julho a Novembro) que faziam 2 anos e, no total, tinham cerca de 1460 horas (Boletim Oficial, 1ª Série, nº 18, 1.1930, p. 22).

Embora assim fossem divididos os conteúdos, não existiram procedimentos adequados para se garantir a qualidade de formação aos professores indígenas. Como resultado, pensou-se que deveria se aumentar a quantidade dos anos de formação para três anos.

Após uma análise e reflexão sobre as actividades pedagógicas desenvolvidas na E.H.P.I, nos três anos de funcionamento, a estrutura de direito constatou que o programa de ensino não habilitava o professor para ser eficaz cooperador na obra de civilizar e nacionalizar os indígenas da colónia, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses. Assim, aos 25.3.1933, o Governador Geral aprovou pela Portaria nº 1:907 um novo Regulamento da E.H.P.I. O curso de habilitação de professores indígenas passou a ser de três anos, divididos, cada um, em dois semestres lectivos (Saúte, 1995, p. 43).

Actualmente, e segundo o estudo que fizemos, compreendemos que a modalidade ou o modelo de formação que se usa no Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, é de 3 anos de formação (12+3). Essa modalidade vem clarificado em cada edital que sai para novas candidaturas do Ingresso ao Instituto em referência. Portanto, não se diferencia tanto do modelo que veio sendo usado desde o tempo colonial. A diferença básica é dos conteúdos que neles são ministrados.

No tempo colonial, no modelo 12+3 acentuava-se mais na questão do domínio da ciência e não das metodologias do ensino, embora não garantisse essa qualidade em 100% por se tratar de uma modalidade virada aos professores indígenas que se interessava mais em transmitir a cultura portuguesa. Entretanto, os conteúdos actuais usados na modalidade de 12+3 no Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, são os que mais se enquadram nas metodologias do ensino. Ou seja, os seis estudantes entrevistados confessaram que têm mais domínio nas metodologias do ensino e não na ciência e na sua aplicação.

#### ***4.2. Percepções dos actores do sistema educativo sobre a qualidade de formação e das competências esperadas nos formandos***

Quando se aborda sobre a questão da qualidade de formação em qualquer área social, é preciso que saibamos que muitas têm sido as percepções dos seus actores. É por essa e outras razões que qualquer tratado de qualidade ou de qualidade de formação deve ser abordado de maneira eclética, por não se reunir consensos no seio académico. Isto quer dizer que esse tratado faz com que haja muitas percepções. É essa possibilidade da existência de muitas percepções que os actores (estudantes) entrevistados do Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado não reúnem consensos sobre a qualidade de formação.

Embora haja esse desconsenso, compreendemos que os estudantes e os futuros professores, não têm se beneficiado de uma formação que vai imbuir neles as ferramentas científicas para o domínio da ciência e da sua aplicação, o que tem resultado dificuldades no terreno concreto. O que eles se beneficiam são simplesmente as metodologias didácticas em como ensinar certas matérias transformadas em disciplinas.

Os entrevistados reconhecem as suas dificuldades e atribuem-nas a si próprios (E<sub>1</sub>) e as colocam no grupo de factores internos que condicionam a qualidade de formação. Ou seja, nessas circunstâncias, é preciso que os estudantes acreditem que a qualidade de formação não depende somente de factores externos, mas dependem, sobretudo, de factores internos, da

capacidade que os estudantes possuem de transformar as suas circunstâncias numa ocasião de aprendizagem. Isso pode ser possível quando os formandos do Instituto de Formação "A", em Cabo Delgado, forem bem acompanhados com professores que acreditam também nessa equação.

Fora dos factores internos, existem também factores externos e os entrevistados atribuíram a responsabilidade naqueles que traçam as políticas educativas (E<sub>1</sub>) que deveriam encontrar alternativas que pelas quais os futuros professores do Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, fossem preparados olhando a realidade concreta onde serão submetidos quando terminam a sua formação. Ou seja, os conteúdos traçados devem se relacionar com aquilo que o sector da educação é. Isto significa que as políticas do Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, devem ser conduzidas pela lógica social e actual.

Quando olharmos nos conteúdos, existe uma percepção consensual que os formandos do Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, têm domínio das metodologias do ensino das ciências que, no terreno escolar, são transformadas em disciplinas. É para isso que eles são formados (E<sub>2</sub>). Como visão, os formandos do instituto em referência optam mais na questão do domínio da ciência, dos conhecimentos e não simplesmente no domínio das metodologias do ensino (E<sub>2</sub>).

Na verdade, o conhecimento é, para quem se prepara para lecionar, muito crucial e importante. Aliás, um professor é um profissional que se lida com um ambiente que se requer que se cultive o conhecimento, não somente na parte discente, mas também na parte docente. É a aquisição do conhecimento que faz com que se estabeleça esse contracto pedagógico que alguém passa a ensinar ao outro. Para a sociedade que nos encontramos e para o futuro que nos espera, é importante que no Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, se reconheça esse valor.

Na Antiguidade grega, o conhecimento foi um instrumento de seleção das pessoas. Quem não possuía, não tenha o privilégio de ser activo na tomada de decisões. Todo o mundo fazia o seu máximo para superar a sua ignorância. Hoje, estamos em pleno século XXI, numa altura onde ser ignorante culpado não tem nenhuma justificação, porque possuímos quase tudo que nos possa livrar dela (Mamba, 2021, p. 70).

O Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, deveria reconhecer esse princípio e começar por incutir nos seus formandos o espírito de cultivo do conhecimento pessoal tornando-se eles próprios autodidactas. A partir desse espírito, iriam também

retransmitir aos seus alunos no futuro e fariam com que percebessem que nos encontramos numa sociedade desenvolvida e a autoridade do professor está cada vez mais ameaçada (E3), visto que a tecnologia está fazendo com que os alunos sejam professores de si mesmos. Aliás, é por essa razão que os nossos entrevistados, fazendo leitura do actual tempo, acreditam que entram no campo com algumas *deficiências* por não serem preparados de acordo com o novo tempo tecnológico e que, de certa maneira, desafia o sector da educação.

As exigências e desafios da sociedade contemporânea fazem com que o ensino em perspectiva interdisciplinar com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação (TICs) seja de grande relevância no contexto educacional. A revolução científico-tecnológica em todos os setores da sociedade afeta e exige que o modo de estruturar a educação e o trabalho docente seja repensado (Araujo & Vilaça, 2016, p. 218).

É nessas circunstâncias que os estudantes entrevistados acreditam que o Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, seja modernizado, sobretudo ao nível dos seus conteúdos programáticos. Ele deve formar um futuro professor que se adequa ao tempo especializando-se nas áreas que são transformadas em disciplinas nas escolas (E4) para que não busque a ciência como um todo.

Os entrevistados acreditaram que o Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado, deveria adoptar a estratégia das Universidades de especializar aos seus formandos nas áreas que são competentes. É assim que estaríamos a passos largos de falar sobre a qualidade de formação dentro da instituição (E4).

O uso de recursos tecnológicos no ambiente educacional pode contribuir significativamente para uma prática pedagógica diferenciada no mundo contemporâneo, mais diretamente atenta às necessidades educacionais específicas deste período marcado por rápidas transições e mudanças de práticas sociais mediadas pelas tecnologias digitais. Afinal, é essencial observar o contexto social em que o aluno está inserido, pois é no quotidiano que damos sentido aos saberes, ampliando assim a relação com o outro e com o mundo. Ainda no âmbito da tecnologia, vale registrar que a utilização das tecnologias de informação e comunicação pode auxiliar nas práticas educacionais, na comunicação humana, na construção, na gestão e emprego da informação e do conhecimento. Desta forma, um ensino que possibilite uma perspectiva interdisciplinar com o auxílio das tecnologias permite preparar o sujeito para conviver e cooperar em uma sociedade cada vez mais globalizada, em que os conhecimentos segmentados tornam-se cada vez menos capazes de dar conta da realidade (Araujo & Vilaça, 2016, p. 219).

Por ser um tempo diferente dos outros, é preciso que se olhe ao futuro. A modalidade do ensino do futuro será diferente da modalidade actual. Aliás, a modalidade actual é diferente da modalidade do passado. Os entrevistados acreditaram que a qualidade de formação do instituto deve começar a ser repensada no ângulo da actualidade (E3).

Por ser um tempo diferente, os entrevistados pensam que a formação deve olhar também a parte humana e não somente científica. Eles devem ser preparados em saber como gerir as diferenças (**E<sub>5</sub>** e **E<sub>6</sub>**), visto que o ensino actual, tecnológico, é veiculado dentro das diferenças do pensar, do agir, do ser, do ter, etc. que obriga que o professor seja alguém preparado, não somente para o domínio da ciência, mas também para o domínio da parte humana, ética e cultural que os seus alunos e a sociedade em geral estão submetidas.

## 5. Conclusão

A partir deste artigo, procuramos, geralmente, compreender as percepções dos actores do sistema educativo sobre a qualidade de formação. O estudo foi feito no Instituto de Formação dos Professores "A", em Cabo Delgado. No seu todo, participaram no estudo seis (6) estudantes finalistas, sendo três (3) do sexo masculino e três (3) do sexo feminino. A escolha desses participantes deveu-se na importância que possuem no sistema educativo, além de fazerem parte dos actores principais do sector da educação. No que se refere à metodologia, o estudo foi feito a partir de uma metodologia qualitativa, de carácter interpretativo, na modalidade do estudo de caso a partir de uma entrevista semi-estruturada.

Num sentido geral, o estudo compreendeu a existência da necessidade de mudança de paradigmas, sobretudo no que se refere aos conteúdos que são transmitidos aos estudantes do instituto em referência. Os entrevistados afirmaram ainda que a educação, actualmente, está sendo desafiada a se aliar aos novos procedimentos da lógica social que, directa ou indirectamente, obrigam que se fundamente na tecnologia. Aliás, essa lógica faz com que o processo de ensino tradicional seja substituído pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação, um fenómeno que vai exigir aos professores novas dinâmicas de execução da sua profissão de ensinar na sala de aulas.

A nova lógica social vai obrigar aos professores novos conhecimentos ou actualização dos que possuem, sobretudo para o domínio de novas ferramentas de aprendizagem. A ciência desafia, não somente a educação, mas também a própria sociedade. Mas, como a educação está dentro da sociedade, então esse desafio é transversal, ou seja, para todos. Um dos principais desafios que a ciência faz é a perda dos valores morais que fundamentam a sociedade. Por isso, os entrevistados acreditaram que o seu instituto deve abrir espaço para que os conteúdos não sejam somente didácticos, mas também os que ajudam aos formandos a possuir ferramentas que pelas quais podem saber viver com os seus semelhantes. Ou seja, a educação deve formar aos seres humanos para que possam adquirir aquelas virtudes que, segundo Mamba (2023), não são aprendidas na sala de aulas no caso de compreensão, decisão, simplicidade, tolerância, humildade, resiliência, empatia e sinceridade.

Dominando essas e outras virtudes, os professores estarão preparados, tanto no seu lado externo, quanto no seu lado interno e serão capazes de transmitir, não somente uma educação científica, mas também educação de vida sabendo viver com os outros a partir daquilo que os separam como seres humanos que, segundo Mamba (2024) desafia o lado humano e cria todas

as possibilidades da existência de conflitos no campo de relacionamentos, da política e da religião.

## 6. Referências

- Appiah, K. A. 2008. *Cosmopolitismo. Ética num mundo de estranhos*. Publicações Europa-América, Portugal.
- Aron, R. 1965. *A Era da Tecnologia*. Cadernos Brasileiros, Rio de Janeiro.
- Böttigheimer, C. 2014. *Manual de Teologia Fundamental*. Editora Vozes, Rio de Janeiro.
- Castells, M. 2013. *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na Era da Internet*. Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal.
- Correia, L. C. M. 1996. *Educar para o Terceiro Milénio. Um livro para pais*. Diel, Lisboa.
- Espada, A. S. "Educação para todos e a qualidade questionável: Agenda 1990-2015. In: Bastos, J. N. & Abacar, M (Org.). 2018. *Educação em Moçambique: Políticas, Concepções e Práticas*. Editora Educar, Maputo.
- Giddens, A. 2003. *Mundo em Descontrole. O que a globalização está fazendo de nós*. Editora Record, São Paulo.
- Ibraimo, M. N. & Pires, M. C. S. R. L. "A formação pedagógica no ensino superior: Uma leitura a partir dos professores recém contratados". In: Barbosa, A. G.; Alves, J. M.; Ibraimo, M. N.; & Laita, M. V. (Coord.). (2016). *Desafios da Educação. Ensino Superior*. Década das palavras, Nampula.
- Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro (Lei do Sistema Nacional de Educação).
- Mamba, D. C. R. 2021. *10 Princípios para uma educação qualitativa*. Inter Escolas Editores, Maputo.
- Mamba, D. C. R. 2023. *As 8 Virtudes que não são aprendidas na sala de aula*, 2ª ed. Ntxuva Editor, Maputo.
- Mamba, D. C. R. 2024. *Logofobia. Quando os que deveriam falar calam-se*. Academus, Maxixe.
- Mamba, D. C. R. 2025. *Se quiser e se puder ser diferente no próximo ano*. Academus, Maxixe, Moçambique.
- Ngoenha, S. E. & Castiano, J. P. 1995. *A Longa Marcha Duma Educação para Todos*. Publifix Lda, Maputo.
- Russel, B. 2000. *As Funções do Professor*. Relógio D'Água, Lisboa.
- Sanches, W. 2009. *Pedagogia do Compromisso. Responsabilidade na prática do educador*. Mundo Mirim, São Paulo.
- Saúte, A. R. (1995). *Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral», Manhiça-Alvor*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Uaciquete, A. S. 2011. *Modelos de Administração em Moçambique (1983-2009)*. Texto Editores, Maputo.
- Vilelas, J. 2009. *Investigação. O processo de construção do conhecimento*. Sílabo, Lisboa.